



MEMÓRIAS DO FEMININO: NARRATIVAS SOBRE SER MULHER A PARTIR DE TRABALHADORAS RURAIS QUILOMBOLAS

GERSON AVELINO FERNANDES PEREIRA; RITA MARIA RADL-PHILIPP

RESUMO

Na sociedade brasileira, temas como gênero e feminismo são tratados com certo grau de polêmica pela mídia e por instituições escolares e religiosas. Falar da mulher e de sua constituição enquanto sujeito nem sempre esteve na esfera coletiva como tema aparente, ao contrário, demorou-se muito para que a história das sociedades a reconhecesse como sujeito de direitos, complexo e dotado de identidade. No Brasil, em que os principais códigos legais de regramento social e constituições federais sempre foram inconstantes em relação à situação civil e jurídica da mulher, se faz necessário que encabeçemos estudos que deem lugar de escuta às mulheres para que as narrativas do feminino sejam materializadas a partir de quem as vive e as protagoniza. E é aí que se justifica a importância deste trabalho. Nesse sentido, este estudo, objetivou resgatar, de forma incipiente e sem pretensão alguma de esgotar-se no assunto, as memórias do feminino através de narrativas de mulheres, que possuem como característica comum o fato de serem trabalhadoras rurais e quilombolas. Com uma metodologia que combinou o levantamento *survey* com a pesquisa bibliográfica, pudemos denotar a partir dos dados coletados e analisados que cada mulher tem sua concepção do que é viver em uma sociedade enquanto corpo feminino, e, com certos graus de similitude, verificou-se a presença de ideários como força, coragem, cansaço, generosidade, falta de reconhecimento e outros quando se referem ao fato de ser mulher. Obviamente, não se pode olvidar que essa atitude de memória realizada pelas mulheres pesquisadas não prescinde de se levar em conta as conjugações com as quais se produz essas percepções, materializadas na influência do tempo, do espaço, do trabalho, da família e da religião.

Palavras-chave: Feminismo; Gênero; História de vida; Sociedade de classes; Identidade.

1 INTRODUÇÃO

O avanço de movimentos contra-hegemônicos a respeito de corpo, gênero e sexualidade tem se mostrado evidente nas últimas décadas, principalmente a partir de lutas feministas, que, desde o começo do século XX no Brasil, vem rompendo com postulados patriarcais.

Em sociedades como a brasileira, originária de evidentes distinções relativas a sexo/gênero e raça/classe, é notável a estigmatização de alguns corpos em detrimento de outros, retroalimentando uma manipulação das identidades que fazem com que estas sejam perpetuadas no imaginário coletivo como inferiores e deterioradas (GOFMANN, 1982).

A mulher, no decorrer da história, nem sempre esteve presente nos discursos e constituições legais dos povos, figurando sempre o homem como sujeito uno e a mesma enquanto a outra, a complementar deste.

No Brasil, nem sempre as constituições federais reconheceram a mulher como sujeito, e, em muitas das vezes, esta aparecia como atrelada em relação de subserviência ao pai ou ao marido, sem qualquer indício de uma identidade própria que se justificasse por si.

Este trabalho tem por objetivo resgatar memórias do feminino através de narrativas de

mulheres sobre uma questão básica - o que é ser mulher? -, partindo de características que as unem enquanto coletivo social, como o fato de serem trabalhadoras rurais e quilombolas.

A necessidade de se deslindar esta problemática, ainda que de forma incipiente, se justifica pela urgência em abrir lugares de escuta para que a história seja contada por quem de fato a faz e a protagoniza.

Saber o que é ser mulher através do discurso de mulheres nos possibilita materializar uma atividade de memória crucial e pertinente, relacional às conjugações com as quais essas mulheres produzem narrativas sobre si mesmas, levando em consideração a influência do tempo, do espaço, da família, da religião e de tantos outros quadros sociais que, sem dúvida, permitem que se faça uma análise necessária de concepções acerca do feminino vigentes em contextos microssociais, e que podem ascender questionamentos e lacunas muito importantes num âmbito maior.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O percurso metodológico deste trabalho se perfaz a partir de uma pesquisa de levantamento tipo *survey*. Estas pesquisas, segundo Gil (2008, p. 55) “[...] se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações [...] acerca do problema estudado para em seguida [...] obter as conclusões correspondentes dos dados coletados”.

No caso deste estudo, foram interpeladas quatro mulheres, com idades entre 35 e 66 anos, que se caracterizam por serem trabalhadoras rurais, criadas em uma comunidade quilombola, sobre o que entendem por ser mulher, no intuito de capturar memórias do feminino a partir da narrativa delas. Além do *survey*, complementa-se este estudo com pesquisa bibliográfica, que é aquela que “[...] se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. [...] Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados” (SEVERINO, 2007, p. 122).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O reconhecimento de si é uma questão que não prescinde de exercícios de memória, trazendo à baila aquilo que nos passa enquanto indivíduos e também o que nos toca, a partir da experiência de vida (BONDÍA, 2002).

A colocação dos sujeitos na história, em termos de Brasil, sempre se deu de forma bastante homogênea, tendo como personagem central a figura do homem, e isso é percebível quando analisamos os documentos que nos constituem enquanto sociedade. A palavra “mulher” vai aparecer somente na terceira Constituição Federal do país, datada em 1934. Antes disso, chegou a ser mencionada no Código Civil de 1916, que, entre outras coisas, incluiu a mulher casada no rol de incapazes, impedida de exercer profissão e aceitar mandato político sem autorização do marido, bem como o direito de residência fora do teto conjugal, em que a mesma precisava estar previamente autorizada até mesmo para viajar, pois isso era sinônimo de ausência do domicílio fixo da família.

A mulher na história, nem sempre foi presença, não sendo incomum, que até na atualidade, o vocábulo “homem” seja representativo para todos os sujeitos. A referência à igualdade entre homem e mulher, sem distinção de sexo, também não foi garantia em todas as constituições federais, pois aparece naquela que foi implementada em 1934, mas é suprimida nas seguintes de 1937 e 1946. Torna a reaparecer anos depois na Constituição Federal de 1967, sendo aperfeiçoada e acrescida de outras prerrogativas na constituição posterior de 1988.

Destarte, tarefa difícil se faz, quando se pretende buscar elementos que denotam uma história de paridade entre gêneros, e mais ainda quando se faz diligências à procura de narrativas que sejam construídas a partir do olhar da mulher, mormente quando esse olhar é sobre si mesma.

Beauvoir (1970, p. 10) já trazia a respeito da situação da mulher no século XX que “ela não é senão o que o homem decide que seja”, alijando-a de qualquer protagonismo sobre sua vida, tendo esta sempre guiada pela perspectiva do homem como figura central na história.

Assim, propusemos ouvir mulheres sobre o que pensam a respeito de sua constituição enquanto seres sociais, pensamos em nos apegar a um questionamento simples – Para você, o que é ser mulher? – sabendo que havia um elemento unificador destas, traduzido na sua condição de trabalhadoras rurais e quilombolas.

A princípio parece simples, mas que tem fundamental importância como um gatilho inicial no reconhecimento de si, sem objetivar aqui, qualquer pretensão de juízo de valores entre as opiniões coletadas. Importa primeiro a narrativa de si, o “eu” sendo reconhecido por si mesmo, e, com isso, pudemos introduzir um exercício de captação do que seriam memórias do feminino.

Coletamos respostas de quatro mulheres, e o número pequeno se justifica exatamente por ser um estudo conciso e sem qualquer pretensão de esgotamento no assunto, ao contrário, pretende-se aqui fazer um estudo introdutório sobre a temática proposta.

Verificou-se a presença de opiniões como “*ser mulher é difícil, porque existem muitas regras a serem seguidas e ter que usar os sextos sentidos o tempo todo é cansativo, e as vezes não ser reconhecida é deprimente*”, ressaltando perspectivas de opressão acerca da existência enquanto corpo feminino na sociedade, pois percebe-se que, a dificuldade em ser mulher é imediatamente justificada pelo regramento social imposto do que deveria ser suas atitudes, como se existisse uma identidade padrão esperada de comportamento.

Isso nos remete a Butler (2003, p. 37) quando nos diz que:

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembléia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e definidor.

Importante a colocação da autora ao nos levar ao entendimento que ao tratar de gênero, não há possibilidade de conceber visões simplistas, legitimadoras e monolíticas. O campo é aberto e sem obediência a uma possível normatização imposta. O cansaço retratado na fala da mulher pesquisada, pode também gerar várias interpretações, levando em conta o contexto em que se vive, que é uma comunidade rural e quilombola, bem como as formas de organização do trabalho ali presentes.

Quando a mesma diz que “*usar os sextos sentidos o tempo todo é cansativo*” logo nos remetemos aos escritos de Floresta e Cleyre (2021) ao interpelarem que na visão dos homens, as mulheres nasceram para seu uso e sem identidade própria, servindo apenas para cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos, servir, obedecer e ainda satisfazer aos seus senhores, no caso, seus maridos. Os sextos sentidos nesse caso, podem ser traduzidos na exigência de manter todas essas funções em harmonia.

“*Não ser reconhecida é deprimente*” finaliza a percepção do que é ser mulher na visão da primeira interpelada como sujeito desta pesquisa, o que vai ao encontro de outra participante quando a mesma diz que ser mulher é “*ser uma boa esposa e boa mãe, ser generosa*”, induzindo-nos a compreender, sem muita dificuldade, que há uma introjeção no sujeito do sexo feminino, desde muito cedo, de que a sua condição de mulher está atrelada à maternidade e ao

cuidado, sem que haja pactos de colaboração nessas funções, uma vez que estariam supostamente entranhadas no “ser mulher”. Isso é bem explicitado por Saffioti (1976) ao falar sobre a mulher na sociedade de classes, em que sua potencialidade máxima estaria representada no papel de mãe, excluindo quaisquer outras possibilidades fora desse espectro.

Ao prosseguir com as opiniões das participantes da pesquisa sobre o que é ser mulher, temos que “*ser mulher é maravilhoso. Temos lutas, desafios. Sou muito feliz pela família*”, opinião esta que pode ser analisada sob a ótica de três prismas: primeiro, a alegria por pertencer ao gênero; segundo, o reconhecimento da não facilidade de estar neste papel e por fim a gratificação como contraponto dos dois primeiros, justificada pela família. O que nos leva novamente ao entendimento de que a existência enquanto mulher se dá e se justifica sempre em função do outro, nunca em torno de si mesma. É sempre a outra, a complementar, como aponta Wollstonecraft (2016).

Partindo para a última opinião coletada, nos é trazido que ser mulher “*é sinônimo de força e coragem, mesmo diante das dificuldades da vida. É você se levantar, dar a volta por cima e buscar sempre a renovação e alegria de viver*”, mantendo a proximidade com as colocações anteriores ao ressaltar sempre esse heroísmo quase que inerente ao feminino, ou seja, força e coragem para viver porque a vida apresenta dificuldades e, a mulher, nesse sentido, seria esse sujeito que sempre sabe dar a volta por cima, sempre tem a solução para as intempéries da vida.

Essas considerações, ainda que bastante incipientes, nos traz uma gama de pensamentos e sentidos sobre o ser mulher, embora percebamos proximidades evidentes entre as opiniões trazidas à baila. Esse constructo de opiniões não se autoexplica, é um trabalho de evocação de memórias do feminino, que não prescinde das conjugações com que elas sem produzem, seja no tempo, espaço, família, religião, etc.

Isto é memória, é atividade pessoal, socialmente situada dentro de coletivos sociais, que não prescinde dos processos pelos quais se passa e se experimenta, demandando um trabalho a ser feito (HALBWACHS, 2004) e que não “a reduz a uma simples luta de sensações e imagens” (ibidem, p. 44), mas sempre relacional ao nosso cotidiano e a condições possíveis de produção.

4 CONCLUSÃO

A partir da pesquisa realizada pudemos denotar a clara complexidade quando se pretende trabalhar com a evocação de memórias, principalmente se a mesma se refere ao sentido que é atribuído à existência de determinados coletivos sociais. Aqui, no trabalho em questão, a pretensão era compreender o que é ser mulher a partir das opiniões de um grupo específico, que são trabalhadoras rurais de uma comunidade quilombola, na tentativa de evocar memórias do feminino.

As narrativas elaboradas pelas mulheres sobre os sentidos atribuídos ao que consideram sobre ser mulher, foram concisos e profundos, sendo possível denotar certo grau de semelhança no sentido subjetivado nas respostas.

Uma possível explicação para isso, foi trazida à baila logo ao final da análise dos resultados com a evocação do conceito de memória, nunca alijado das condições reais de sua produção, ou seja, essas mulheres, entre outras questões, carregam consigo elementos que as unem enquanto coletivo social, por residirem na mesma comunidade, laborarem no meio rural e possivelmente partilhar, ainda que minimamente, das mesmas referências e dos mesmos quadros sociais, mormente o religioso, que, nas comunidades quilombolas, é bem presente.

Nesse sentido, o trabalho foi válido ao permitir o contato com a formação de ideias sobre o feminino a partir de quem o vive, numa perspectiva de gênero, e que, carrega consigo projeções sobre o que é ser mulher relacionais ao cotidiano, aos condicionantes sociais, históricos e econômicos do seu lugar de fala.

Vale salientar também que apesar das ideias de força, coragem e generosidade como sustentáculo das construções do “ser mulher” presentes na fala de cada uma, e possivelmente vividas e exercitadas no cotidiano das mesmas, ainda é preciso que esse debate se amplie no sentido de evidenciar perspectivas de gênero para além da tradicional, obliterando urgentemente o anacronismo de se conceber a mulher como ser complementar, como o outro, já apontada essa desconstrução como necessária desde o final do século XVIII por ativistas/escritoras como Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, 2002. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?lang=pt&format=pdf>.
Acesso em 05 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm.htm.
Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm.htm Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08 mar. 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLORESTA, N.; CLEYRE, V. de. **Feminismo**. Traduzido por Maurício Avoletta Junior. São Paulo: Aeoroplano, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma**: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**; postfacio de Gérard Namer; traducción de Manuel A. Baeza y Michel Mujica. - Rubí (Barcelona): Anthropos Editoiial; Concepción : Universidad de la Concepción ; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Traduzido por Ivania Pocinho Mota. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.